

RELATÓRIO DA GESTÃO BALANÇO E CONTAS

EXERCÍCIO DE 2004

*Sede: Estrada Nacional 10, 2695-718 S. João da Talha
Capital Social: 5.000.000,00 Euros
Pessoa Colectiva n.º 500 076 138
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Loures sob o n.º 42
www.copam.pt*

RELATÓRIO DA GESTÃO

Senhores Accionistas:

De acordo com as disposições legais em vigor, vem o Conselho de Administração submeter à aprovação da Assembleia Geral o Relatório da Gestão, bem como o Balanço e Contas do Exercício de 2004.

1 – CONJUNTURA ECONÓMICA GLOBAL

1.1 A actividade económica em 2004 registou um crescimento, tanto em Portugal, como nos parceiros Europeus e Outros Mercados.

Em relação a Portugal, o crescimento económico, registou um abrandamento no segundo semestre, ficando abaixo da média de crescimento Europeu. Este comportamento deveu-se a aspectos temporários ocorridos no 1º Semestre de 2004, como o EURO 2004, ou aspectos mais duradouros, como mercados de exportação mais fortes e o final da contenção no sector privado.

No entanto, será prudente referir, que este crescimento do consumo, é em larga medida suportado pelo aumento das importações que tornam cada vez mais desequilibrada a balança externa ao mesmo tempo que não beneficia a indústria nacional, justificando a tendência decrescente do índice de produção industrial divulgado pelo INE.

O crescimento do PIB verificado durante o 1º Semestre, sofreu um abrandamento na segunda metade do ano, pelo que, é esperado que no final de 2004 não se ultrapasse um crescimento entre 1% a 1,2%.

Se for considerado o modelo actual de crescimento da economia nacional, que assenta fundamentalmente na procura interna, (consumo e investimentos privados), o incremento das importações, acima do esperado, desvia-se do modelo definido.

A procura interna só por si, tem limitações de crescimento, até porque é suportada em parte por importações e financiada por empréstimos, o que tendo em conta os actuais valores das importações e endividamento, condicionam a estratégia de crescimento.

Por isso, as actuais previsões de crescimento do PIB de 2,4% para 2005 (de acordo com o Orçamento de Estado), poderão ter de ser revistas em baixa para valores inferiores a 2%.

As exportações deverão ser o elemento fundamental do crescimento para 2005 e anos seguintes, devendo serem ganhas quotas, tanto no mercado europeu, como noutros mercados, atendendo ao mais rápido crescimento esperado nesses mercados. É expectável, que o investimento feito em maquinaria mais moderna e a contenção salarial efectuada, possam tornar os produtos nacionais mais competitivos.

Em relação á inflação é esperada uma taxa de variação média anual do IHPC (Índice Harmonizado de Preços no Consumidor) de 2,5% em 2004, mas com redução dentro do intervalo entre 1,5% a 2,7% em 2005.

Relativamente ao mercado de trabalho, o actual enquadramento económico provocou uma redução ao nível do emprego de 0,5 p.p. em relação à média de 2003, situando a taxa de desemprego nos 6,8%.

Ao nível das finanças publicas, é esperado o cumprimento do défice abaixo dos 3% do PIB, resultante da aplicação de receitas extraordinárias. A dependência deste tipo de acções para equilíbrio do défice, resulta da evolução insuficiente das receitas, nomeadamente do Produto Interno e da tributação fiscal, para além do sobre dimensionamento das despesas publicas em relação ao PIB.

É por isso esperado um maior défice futuro, 3% para 2005 e 3,6% para 2006.

- 1.2 No sector Amideiro, deverá ser considerada a Reforma do Regime do Açúcar tendo a Comissão Europeia apresentado para análise o denominado “Fischler Communication” - “Communication from the Commission to the Council and the European Parliament accomplishing a sustainable agricultural model for Europe through the reformed CAP – sugar sector reform”, no qual refere que o preço institucional do açúcar poderá passar de 632 EUR/t, no período de referência actual, para 421 EUR/t em 2007/08, ou seja, menos 33%.

2 - A EVOLUÇÃO DA EMPRESA E ANÁLISE DO EXERCÍCIO

- 2.1 O mercado Amideiro decresceu em Portugal, em 2004, de acordo com os últimos dados estatísticos da AAC, cerca de 9% em quantidade. As vendas de produtos principais produzidos pela COPAM decresceram 4% e os produtos da concorrência decresceram 13%.
- 2.2 As Vendas Totais e as Prestações de Serviços foram cerca de 28,2 milhões de euros, o que representou um decréscimo de 1% face ao ano anterior. As vendas em valor de Produtos Principais da COPAM, no Mercado Interno, decresceram, mas as vendas para a Europa e para outros mercados, cresceram 2,4% sobre as vendas totais, face ao ano anterior, mas representaram apenas 9% dos Produtos Principais. Por outro lado, acrescente-se que se verificou um aumento de 2% no valor de vendas de mercadorias e um acréscimo de 3% relativamente a vendas de produtos e subprodutos da COPAM.
- 2.3 O decréscimo no valor de vendas, resulta não só de reduções do volume de vendas, mas com maior expressão, da componente preço, em resultado das condições do mercado, i.e., menores volumes de vendas dos clientes devido à conjuntura económica e a destacar, o aumento da concorrência.
- 2.4 A matéria prima principal da COPAM, o milho, registou em 2004 um custo superior ao do ano anterior em 11%. No entanto, deve ser considerado o facto de até ser iniciado o consumo de milho nacional e consequente maior oferta, a variação atingiu os 24% de acréscimo no preço da matéria prima. Esta variação teve um impacto negativo nas margens, pois o mercado não aceitou revisões de preço com base neste fundamento, até porque também os clientes COPAM se encontram sobre pressão de preços nos seus produtos.
- 2.5 Em 2004, o controlo de custos revelou-se fundamental para responder às actuais condições do mercado. Este será um processo a continuar, através da reavaliação da necessidade de algumas despesas e de oportunidades de melhoria. Foi reflectido durante este ano o ganho no pessoal devido á reorganização realizada em 2003, bem como em todos os outros custos de matérias e serviços que foram renegociados. O menor resultado registado deriva de afectações exógenas à COPAM, de carácter comercial e de custos de matérias primas.
- 2.6 Não existe alteração nas quantidades de Quota de Isoglucose para a campanha 2004/2005, por informação da AAC, podendo haver alterações só para a campanha de 2005/2006.

- 2.7 A COPAM, à semelhança de anos transactos, contactou activamente com os organismos oficiais e as associações de agricultores no sentido de obter maiores quantitativos de milho verde, cuja relação qualidade/preço é muito positiva. A quantidade obtida, quer de milho verde quer de seco, atingiu os 41% do total consumido. Manteve-se a preocupação da obtenção de matéria prima “Non-GM”, o que encarece o preço do milho.
- 2.8 Realizaram-se, com sucesso, as auditorias de acompanhamento da certificação, obtida em 29/08/2001, do Sistema de Segurança Alimentar, segundo a Norma DS 3027 E e da Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade segundo a Norma ISO 9001:2000. A COPAM estava certificada desde 29/07/1999 segundo a ISO 9002:1994. Recorde-se que o âmbito de ambas as certificações é a produção e comercialização de xaropes de glucose, isoglucose e dextrose monohidratada. A validade destas certificações é de 3 anos, sendo efectuada anualmente uma auditoria de acompanhamento, e necessária a renovação ao fim dos 3 anos.
- 2.9 Verificou-se em 2004 um decréscimo da taxa de absentismo, devido essencialmente à diminuição dos acidentes de trabalho.
- 2.10 Foi processado no final do ano o Prémio de Higiene e Segurança no Trabalho, relativo a 2004, no valor de 12.500 Euros. Foi aprovado para 2005 a manutenção deste prémio, de igual montante.
- 2.11 De acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 onde é referido o requisito de o mais tardar a partir de 2005, as empresas da EU cujos valores imobiliários estejam cotados num mercado regulamentado passem a elaborar os seus mapas financeiros de acordo com as IAS (International Accounting Standards), foi feito o estudo, estando a COPAM preparada para cumprir os requisitos das normas.
- 2.12 Foram consultados os accionistas sobre o projecto e intenção de investimento sobre o projecto do Bioetanol, não tendo sido levantada objecção ao contacto pela COPAM a outros parceiros para o projecto, noutros sectores de actividade (Agricultura, Petrolíferas e outros), pelo que foi confirmado que será dado seguimento ao projecto, dentro das fases necessárias.
- 2.13 Os Investimentos da COPAM em 2004, ascenderam a 447 000 Euros, devendo serem destacados os projectos de produção de amido de baixa proteína, a unidade de osmose inversa para a água dos furos, o Decanter para desidratação do Gluten e melhorias gerais da fábrica, enquadrados na política e exigências de qualidade.
- 2.14 O numero de colaboradores foi de 122 em 31 de Dezembro de 2004, quando era de 124 no final do ano anterior.
- 2.15 A COPAM não tem passivo bancário e a função financeira (diferença entre proveitos e custos financeiros), está equilibrada.

- 2.16 Os rácios económico - financeiros reflectem a boa situação económica da empresa, nomeadamente na Rendibilidade dos Capitais Próprios (39% contra 43% em 2003) e do Activo (33% contra 35% em 2003). Os rácios de Autonomia Financeira (0,85) e Liquidez (5,23) mantiveram-se muito favoráveis. Houve uma evolução favorável no tempo médio de pagamento e de recebimentos, permitindo melhorar a condição financeira da COPAM.
- 2.17 Os Resultados Líquidos, Antes e Depois de Impostos, foram inferiores aos verificados em 2003: 5.237.228 euros (Resultados antes impostos em 2004) e 3.748.257 euros (Resultado líquido em 2004), o que significa um decréscimo de 725 mil euros, menos 12%, e de 145 mil euros, menos 4%, respectivamente. O Cash Flow Bruto (Resultados Antes de Impostos + Amortizações + Provisões) decresceu 14,2%, atingindo um valor de 5.867.787 euros. O valor de Impostos em 2004, foi de 28% dos Resultados Antes de Impostos, contra os 35% registados no ano anterior, derivado da redução da tributação sobre as empresas definido pelo Governo e de outros ganhos fiscais.
- 2.18 A Administração propõe que seja lavrado um voto de louvor ao Conselho Fiscal pela forma competente como acompanhou a gestão da empresa durante o exercício, bem como pela colaboração prestada ao longo do mesmo, e também que este voto de louvor seja extensivo aos colaboradores que em equipa muito contribuíram para fazer face ao grande embate concorrencial que enfrentamos.
- 2.19 De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais podem ser objecto de revisão por parte da Administração Fiscal durante quatro anos. Assim, as declarações fiscais da sociedade poderão vir a ser revistas.
- 2.20 A empresa não tem quaisquer dívidas à Segurança Social.

3 – GOVERNO DAS SOCIEDADES COTADAS

Tendo em consideração o novo Regulamento da CMVM n.º 11/2003, que veio aditar o Regulamento n.º 7/2001, sobre o Governo das Sociedades Cotadas, informa-se o seguinte:

CAPÍTULO I - DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

1 -COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS DA SOCIEDADE

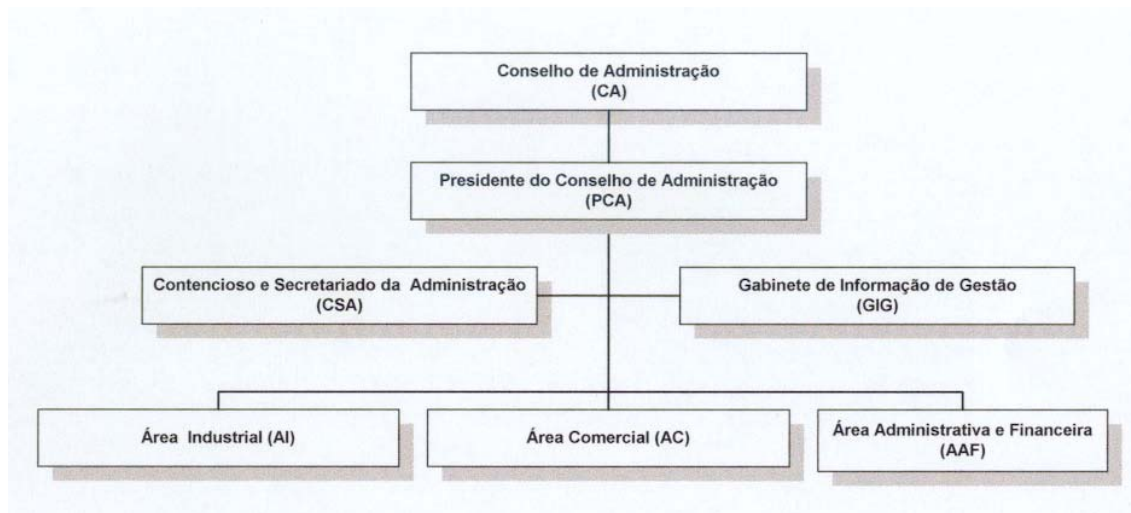
Os corpos sociais da COPAM, SA, são:

Assembleia Geral – composta por todos os accionistas com direito de voto, a quem compete deliberar sobre alterações estatutárias, proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade, deliberar sobre o relatório de gestão e contas do exercício, proceder à eleição dos corpos sociais de sua competência e, de uma forma geral, deliberar sobre todos os termos que lhe forem submetidos pelo Conselho de Administração.

Conselho de Administração – composto actualmente por 5 membros, a quem compete praticar todos os actos de gestão na concretização de operações inerentes ao seu objecto social, tendo por fim o interesse da Sociedade, accionistas e trabalhadores.

Conselho Fiscal – composto actualmente por 3 membros efectivos e 2 suplentes, a quem compete a fiscalização da administração, a verificação da regularidade das contas da Sociedade, registos contabilísticos e documentos de suporte e verificar a observância da lei e do contrato da Sociedade.

ORGANIGRAMA FUNCIONAL



2 –COMISSÕES ESPECÍFICAS

Existem na Sociedade algumas Comissões Específicas que tratam de assuntos próprios, nomeadamente:

- Comissão de Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho;
- Comissão de Amidos e Co-Produtos;
- Comissão de Açúcares;

Os membros de cada comissão são colaboradores das várias áreas funcionais da empresa.

3 –SISTEMA DE CONTROLO DE RISCOS

A Área Administrativa e Financeira e o Gabinete de Informação de Gestão têm como missão conjunta a redução dos riscos de funcionamento da organização, avaliando e revendo os sistemas de controlo interno, como por exemplo dos plafonds de crédito concedidos aos clientes, visando a optimização dos recursos e a análise das actividades desenvolvidas, de modo a obter-se um nível de segurança razoável de que os objectivos serão atingidos.

4 - COMPORTAMENTO BOLSISTA DAS ACÇÕES

O movimento bolsista das acções da COPAM em 2004 foi muito reduzido: registou-se a transacção de apenas 280 acções ao preço médio de 28,87 euros. A cotação inicial foi de 25,90 euros e a final de 30,66 euros.

O movimento bolsista das acções da COPAM em 2003 resultou na transacção de 160 acções ao preço médio de 27,33 euros.

Ano	Acções Transaccionadas	Preço Médio
2000	37.936	27,15 Euros
2001	760	27,61 Euros
2002	365	27,89 Euros
2003	160	27,33 Euros
2004	280	28,87 Euros

5 - POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

Como política de distribuição de dividendos tem sido adoptado o critério de distribuir, pelo menos, 50% dos Resultados Líquidos obtidos.

Foram distribuídos os seguintes dividendos:

- No exercício de 1999 foram distribuídos 4.090.143 euros
(3,37 € de valor líquido por acção);

Data de aprovação das contas referentes ao exercício de 1999: 29/02/2000
Data do pagamento efectivo dos dividendos: 30/03/2000
- No exercício de 2000 foram distribuídos 3.990.383 euros
(2,99 € de valor líquido por acção);

Data de aprovação das contas referentes ao exercício de 2000: 20/02/2001
Data do pagamento efectivo dos dividendos: 22/03/2001
- No exercício de 2001 foram distribuídos 4.189.902 euros
(3,35 € de valor líquido por acção - Residentes).
(2,93 € de valor líquido por acção – Não Residentes).

Data de aprovação das contas referentes ao exercício de 2001: 26/02/2002
Data do pagamento efectivo dos dividendos: 27/03/2002
- No exercício de 2002 foram distribuídos 4.200.000 euros
(3,36 € de valor líquido por acção - Residentes).
(2,94 € de valor líquido por acção – Não Residentes).

Data de aprovação das contas referentes ao exercício de 2002: 25/02/2003
Data do pagamento efectivo dos dividendos: 26/03/2003
- No exercício de 2003 foram distribuídos 4.000.000 euros
(3,40 € de valor líquido por acção - Residentes).
(3,00 € de valor líquido por acção – Não Residentes).

Data de aprovação das contas referentes ao exercício de 2003: 02/03/2004
Data do pagamento efectivo dos dividendos: 31/03/2004
- No exercício de 2004 prevêem-se distribuir 3.700.000 euros
(3,15 € de valor líquido por acção - Residentes).
(2,78 € de valor líquido por acção – Não Residentes).

(vide ponto 5. deste Relatório)
Data de aprovação das contas referentes ao exercício de 2004: 22/02/2005
Data do pagamento efectivo dos dividendos: 24/03/2005

6 - PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE ACÇÕES E DE OPÇÕES SOBRE ACÇÕES DA SOCIEDADE

Não existem quaisquer planos de atribuição de acções e/ou opções de aquisição de acções aos órgãos sociais e colaboradores da empresa.

7 – NEGÓCIOS E OPERAÇÕES REALIZADOS ENTRE A SOCIEDADE E OS TITULARES DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

Não se registaram quaisquer negócios e operações entre a sociedade e os titulares dos órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades em relação de domínio ou de grupo.

8 - GABINETE DE APOIO AO INVESTIDOR

A empresa criou um Gabinete de Apoio ao Investidor cujas funções são, em geral, a disponibilização de informação que se julga relevante para os investidores e o contacto directo com esses mesmos investidores e com os meios de comunicação.

O responsável deste gabinete é simultaneamente o Representante para as Relações com o Mercado, João António Perdigão Castanho, que acumula as funções de Responsável do Gabinete de Informação de Gestão e de Secretário da Sociedade:

João António Perdigão Castanho
Estrada Nacional 10
2695-718 - S. João da Talha

Telefone (Geral): 21 994 75 00

Telefone (Directos): 21 994 75 03

21 994 75 42

E-mail: joao.castanho@copam.pt

UTILIZAÇÃO DE NOVAS TECNOLOGIAS NA DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA

O sítio (site) da COPAM já se encontra em funcionamento, estando em curso a tradução do mesmo para inglês e espanhol, bem como se está a melhorar a informação sobre os produtos da empresa:

www.copam.pt

No *site* da empresa, na secção denominada “Informação Oficial” existe muita informação disponível ao accionista, investidor e público em geral, repartida por:

- . Documentos de prestação de contas;
- . Calendário de eventos societários;
- . Estatutos;
- . Assembleias Gerais;
- . Órgãos Sociais para 2004;
- . Gabinete de Apoio ao Investidor.

E-mail da empresa: copam@copam.pt

9 – COMISSÃO DE VENCIMENTOS

Foi eleita na Assembleia Geral do dia 2 de Março a seguinte Comissão de Vencimentos para o exercício de 2004:

- . Victor Manuel Carmona e Costa
- . Álvaro Carmona e Costa Portela
- . Francisco Maria Félix da Costa Seabra

A Comissão de Vencimentos não auferirá qualquer remuneração.

10 – CONSELHO FISCAL E AUDITORIA

Foi eleito na Assembleia Geral do dia 2 de Março de 2004 o seguinte Conselho Fiscal para o exercício de 2004:

- | | |
|--|------------|
| . Luís Fernando Cardoso Nandin de Carvalho | Presidente |
| . Manuel Baptista Neves | Vogal |
| . António Grenha, Bryant Jorge & Moura Tavares, SROC
representada por António Maria da Rocha Grenha | Vogal |
| . Gomes Marques e Carlos Alexandre, SROC
representada por Vicente Pereira Gomes Marques | Suplente |
| . Eduardo Barradas da Câmara e Sousa | Suplente |

Foram pagos honorários ao auditor “António Grenha, Bryant Jorge & Moura Tavares, SROC”, ao abrigo da alínea a, do n.º 10, do Capítulo I do Anexo do Regulamento 11/2003 da CMVM - serviços de revisão legal de contas, no montante de 14 645,76 euros.

O auditor presta um outro serviço, de garantia de fiabilidade (alínea b, do n.º 10, do Capítulo I do Anexo do Regulamento 11/2003 da CMVM), serviço com o objectivo de assegurar a fiabilidade na implementação das IAS (Normas Internacionais de Contabilidade), tendo-se pago durante este exercício de 2004 o montante de 3 475,00 euros.

Serviços de revisão legal de contas:	14.645,76 euros (80%)
Outros serviços de garantia de fiabilidade:	3.475,00 euros (20%)
TOTAL:	18.120,76 euros (100%)

Honorários dos outros membros do Conselho Fiscal (exceptuando o Auditor):

TOTAL: 8.020,00 euros

CAPÍTULO II - EXERCÍCIO DE DIREITO DE VOTO E REPRESENTAÇÃO DE ACCIONISTAS

A Assembleia Geral regularmente constituída representa a totalidade dos accionistas. As Assembleias Gerais serão convocadas pelo modo prescrito na lei e nela podem tomar parte todos os accionistas que comprovem ser titulares de 100 acções depositadas num Banco ou nos cofres da sociedade até cinco dias antes da data da Assembleia Geral. A cada 100 acções corresponde um voto. Os titulares de obrigações não gozam do direito de assistir à Assembleia Geral.

Os accionistas podem fazer-se representar nas reuniões da Assembleia Geral, bastando para isso uma simples carta dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral assinada pelo outorgante. Esses documentos devem ser enviados ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral até, pelo menos, dois dias antes da data marcada na convocatória.

O voto pode ser exercido por correspondência. Os accionistas interessados em exercer o direito de voto por correspondência devem dirigir uma carta ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, endereçada para a sede da Sociedade, acima indicada, contendo um subscrito fechado por cada ponto da ordem de trabalhos sobre que pretendem votar, mencionando cada subscrito tratar-se de um voto por correspondência, a reunião da Assembleia Geral e o ponto da ordem de trabalhos a que se refere; dentro de cada subscrito deve cada accionista declarar o seu sentido de voto, nomeadamente tomando posição relativamente a quaisquer propostas antecipadamente apresentadas à Assembleia Geral; cada declaração de voto deve ser assinada, devendo a assinatura ser reconhecida ou objecto dos procedimentos legalmente tidos como equivalentes.

A consideração dos votos por correspondência fica dependente de os accionistas que recorram a tal possibilidade fazerem prova da sua qualidade de accionistas, nos termos gerais. Só serão considerados os votos recebidos na sede social até cinco dias úteis antes da data designada para a Assembleia. Caberá ao Secretário da Sociedade organizar a votação por correspondência, e, em especial:

- Abrir os votos;
- Verificar a qualidade de accionista e o número de votos do votante;
- Verificar a autenticidade dos votos;
- Assegurar a confidencialidade dos votos até ao momento do início da votação do ponto da ordem de trabalhos a que respeitam.

Em primeira convocação a Assembleia está regularmente constituída se estiverem presentes ou representados accionistas que representem, pelo menos, 51% do Capital Social. Se não for reunido este quorum haverá uma segunda convocação, nos termos do Art.º 377º do Código das Sociedades Comerciais, e a Assembleia reunirá com qualquer número de accionistas, independentemente do capital representado e do assunto a tratar.

A Mesa da Assembleia Geral será composta por um Presidente e dois Secretários, eleitos pela Assembleia Geral por um período de um ano e sempre reelegíveis.

As deliberações da Assembleia Geral deverão ser tomadas por maioria absoluta de votos.

Os documentos de prestação de contas (Relatório da Gestão, Balanço, Contas e Proposta de Aplicação dos Resultados) encontram-se à disposição dos accionistas na sede da Sociedade, e no sítio (site) da COPAM na Internet, durante os 15 dias anteriores à data da Assembleia Geral.

A convocatória para a realização da Assembleia Geral terá de estar no sítio (site) da COPAM na Internet, em www.copam.pt, na secção “Informação Oficial / Assembleias Gerais”, durante os 30 dias anteriores à data da Assembleia Geral.

Não é possível exercer o voto por meios electrónicos.

CAPÍTULO III - REGRAS SOCIETÁRIAS

1 – CÓDIGOS DE CONDUTA

Embora não existindo códigos de conduta e regulamentos internos formais no sentido desta nota, a COPAM considera que os princípios de boa prática empresarial fazem parte dos valores empresariais salvaguardados tanto pelos membros dos órgãos de gestão como pelos restantes colaboradores.

2 – SISTEMA DE CONTROLO DE RISCOS

Reafirmamos o expresso no n.º 3 do Capítulo I: a Área Administrativa e Financeira e o Gabinete de Informação de Gestão têm como missão conjunta a redução dos riscos de funcionamento da organização, avaliando e revendo os sistemas de controlo interno,

como por exemplo dos plafonds de crédito concedidos aos clientes, visando a optimização dos recursos e a análise das actividades desenvolvidas, de modo a obter-se um nível de segurança razoável de que os objectivos serão atingidos. Estas áreas da empresa analisam as situações de crise potencial, adoptando procedimentos que antecipem os factores de risco, propondo ao Conselho de Administração um plano de acções a desempenhar.

3 – MEDIDAS SUSCEPTÍVEIS DE INTERFERIR NO ÊXITO DE OFERTAS PÚBLICAS DE AQUISIÇÃO

Não existem medidas susceptíveis de interferir no êxito de ofertas públicas de aquisição.

CAPÍTULO IV – ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

FUNÇÕES DESEMPENHADAS PELOS ADMINISTRADORES E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os Administradores, e que também são colaboradores da empresa, exerceram as funções específicas de coordenação das Áreas consignadas no Organograma apresentado.

A sociedade é administrada por um Conselho de Administração composto por três a cinco membros, conforme a Assembleia Geral ordinária deliberar, eleitos anualmente e sempre reelegíveis. O Conselho escolherá um presidente e poderá nomear de entre os seus membros um Administrador-delegado.

O Conselho poderá preencher até à próxima Assembleia Geral as vagas ocorridas entre os seus membros.

O Conselho de Administração terá os mais amplos poderes para dirigir a actividade social com todas as atribuições legais e especialmente:

- a) Negociar e estabelecer todos os contratos em nome da sociedade, com poderes para adquirir, vender, ceder e onerar todos os bens móveis da sociedade, só ficando dependentes de deliberação da Assembleia Geral os contratos que importem alienação de bens imóveis;
- b) Representar a sociedade para todos os efeitos, com poderes para confessar, desistir, transaccionar ou aceitar as arbitragens em qualquer processo em que a sociedade seja parte;
- c) Constituir mandatários com poderes que julgue convenientes.

O Conselho de Administração reunirá por convocação do presidente ou do Administrador-delegado sempre que o interesse da sociedade o exija. Os membros do Conselho de Administração podem fazer-se representar por outro membro nas reuniões, para o que bastará uma simples carta, telex ou telegrama autenticado. O Conselho só poderá deliberar validamente com a presença da maioria dos seus membros. As deliberações são tomadas por maioria dos votos presentes. O presidente tem voto de qualidade.

A sociedade obriga-se pela assinatura de dois administradores. Cada administrador eleito anualmente na Assembleia Geral terá de prestar uma caução, que poderá ser substituída por seguro caução prestado por empresa seguradora.

Não existe nenhuma Comissão Executiva ou outra comissão com competência em matéria de gestão.

Em 2004, efectuaram-se 19 reuniões do Conselho de Administração (ordinárias, plenárias e extraordinárias).

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DA SOCIEDADE

No Capítulo VI, Artigo 11.º (Remunerações) dos Estatutos da sociedade, refere-se que, “Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal terão a remuneração que lhes for fixada por uma Comissão de Vencimentos composta por três pessoas eleitas anualmente pela Assembleia Geral” Assim, a Comissão de Vencimentos para o exercício de 2004 foi:

- . Victor Manuel Carmona e Costa
- . Álvaro Carmona e Costa Portela
- . Francisco Maria Félix da Costa Seabra

A Comissão de Vencimentos não auferir qualquer remuneração.

As Remunerações do Conselho de Administração não estão dependentes dos resultados da sociedade ou da evolução da cotação das acções emitidas pela sociedade. Não há remunerações variáveis.

Remunerações do Conselho de Administração:

Remunerações:	194.987,36 euros
Encargos sobre Remunerações:	43.117,47 euros
Seguro de Acidentes Trabalho:	3.160,33 euros
 TOTAL:	 241.265,16 euros

O Conselho de Administração define anualmente a política de remunerações dos colaboradores da empresa, fazendo depender os aumentos salariais em função da inflação e da evolução da produtividade da empresa.

Conselho de Administração:

- Víctor Manuel Carmona e Costa Presidente do Conselho de Administração
(Executivo)
(Não Independente)

A qualificação de Não Independente atende à aplicação das alíneas a), d) e e) do n.º 2 do Artigo 1.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2001 (após as alterações introduzidas sobre as práticas do Governo das Sociedades).

- José Amaro Martins Carmona e Costa Vogal do Conselho de Administração
(Executivo)
(Não Independente)

A qualificação de Não Independente atende à aplicação das alíneas a), d) e e) do n.º 2 do Artigo 1.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2001 (após as alterações introduzidas sobre as práticas do Governo das Sociedades).

- Francisco Gerardo Knopfli Batoréu Vogal do Conselho de Administração
(Executivo)
(Não Independente)

A qualificação de Não Independente atende à aplicação da alínea d) do n.º 2 do Artigo 1.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2001 (após as alterações introduzidas sobre as práticas do Governo das Sociedades).

- João Alberto de Lima Pereira Vogal do Conselho de Administração
(Não Executivo)
(Independente)

- Luis Javier Aisa Comps Vogal do Conselho de Administração
(Não Executivo)
(Independente)

Funções exercidas por aqueles em outras sociedades:

- Víctor Manuel Carmona e Costa:

Presidente do Conselho de Administração da CADE - COMPANHIA AGRÍCOLA DE DESENVOLVIMENTO, SA
Presidente do Conselho de Administração da SOVICAR - INVESTIMENTOS AGRO-TURÍSTICOS, SA
Fundador da FUNDAÇÃO VÍTOR E GRAÇA CARMONA E COSTA

- José Amaro Martins Carmona e Costa:

Vogal do Conselho de Administração da CADE - COMPANHIA AGRÍCOLA DE DESENVOLVIMENTO, SA

Vogal do Conselho de Administração da SOVICAR - INVESTIMENTOS AGRO-TURÍSTICOS, SA

- João Alberto de Lima Pereira:

Vogal do Conselho de Administração da RAR - SOCIEDADE DE CONTROLE (HOLDING), SGPS, SA

Vogal do Conselho de Administração da RAR – REFINARIAS DE AÇÚCAR REUNIDAS, SA

Presidente do Conselho de Administração da SUCRAL – SOCIEDADE INDUSTRIAL DO AÇÚCAR, SA

Vogal do Conselho de Administração da CENTRAR – CENTRO DE SERVIÇOS DE GESTÃO, SA

Gerente da RAR – COGERAÇÃO, UNIPESSOAL, LDA

Vogal do Conselho de Administração da IMPERIAL – PRODUTOS ALIMENTARES, SA

- Luis Javier Aisa Comps:

Membro do Conselho de Administração da Tate & Lyle – Amylum Ibérica, SA

AQUISIÇÃO OU ALIENAÇÃO DE ACÇÕES REALIZADAS PELOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE EMITENTE DAQUELAS ACÇÕES

Registaram-se no exercício 2004 as seguintes aquisições de acções da sociedade emitente por parte dos membros do Conselho de Administração:

Administrador (Vogal):

José Amaro Martins Carmona e Costa

265 acções

4 – PERSPECTIVAS PARA O PRÓXIMO EXERCÍCIO

Para 2005 colocam-se vários desafios à COPAM, que passam pelo aumento da concorrência e consequente diminuição de preços, tanto no sector do papel como dos açúcares. Procuraremos que os preços do milho atinjam os valores dos anos anteriores, de forma a ser possível manter preços competitivos nos clientes. Também da Reforma do Regime do Açúcar surgem algumas incertezas, pois não estão ainda definidas, quais as condições exactas desse processo e de que forma serão criadas às empresas produtoras, alternativas para lidar com o processo de transição.

A COPAM durante 2005, manterá os contactos necessários ao desenvolvimento do projecto do Bioetanol.

A COPAM continuará em 2005, o processo de reformulação e optimização de recursos, procurando ganhos de eficácia nos vários sectores, efectuando as reestruturações necessárias, análise de custos e resultados por funções, como forma de incremento da sua produtividade e competitividade.

Em resultado do aumento da concorrência e á reduzida dimensão do mercado nacional, será expectável redução nas margens em 2005.

5 – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

A Administração propõe que ao lucro do exercício depois de impostos, no montante de **3.748.257,47 euros**, seja dada a seguinte distribuição:

<i>. Reservas Livres</i>	48.257,47 euros
<i>. Dividendos</i>	3.700.000,00 euros

S. João da Talha, 14 de Janeiro de 2005

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE:

(Victor Manuel Carmona e Costa)

VOGAIS:

(José Amaro Martins Carmona e Costa)

(Francisco Gerardo Knopfli Batoréu)

(João Alberto de Lima Pereira)

(Luis Javier Aisa Comps)

ANEXO N.º 1

PARTICIPAÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS NO CAPITAL DA EMPRESA NOS TERMOS DO ARTIGO 447º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE:

Victor Manuel Carmona e Costa	10 000 acções
-------------------------------	---------------

VOGAIS:

José Amaro Martins Carmona e Costa	685 acções
------------------------------------	------------

Francisco Gerardo Knopfli Batoréu	1 acção
-----------------------------------	---------

CONSELHO FISCAL

PRESIDENTE:

Luís Fernando Nandin de Carvalho	2.350 acções
----------------------------------	--------------

VOGAL:

Manuel Batista Neves	205 acções
----------------------	------------

ANEXO N.º 2

PARTICIPAÇÕES NO CAPITAL SOCIAL DA EMPRESA

Lista de titulares de participações qualificadas na sociedade de acordo com o Artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários

CADE - COMPANHIA AGRÍCOLA DE DESENVOLVIMENTO, SA	250.000 acções	25,00%
SOVICAR - INVESTIMENTOS AGRO-TURÍSTICOS, SA	250.000 acções	25,00%
AMYLUM, N. V.	146.465 acções	14,64%
CERESTAR HOLDING, B. V.	146.465 acções	14,64%
RAR - SOCIEDADE DE CONTROLE (HOLDING), SA	101.430 acções	10,14%
FUNDAÇÃO VÍTOR E GRAÇA CARMONA E COSTA	38.442 acções	3,84%
SAR – SOCIEDADE DE PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS, SA	20.110 acções	2,01%



Transição para as Normas Internacionais de Relato Financeiro

Fez-se uma análise exaustiva da aplicação das IAS/IFRS, Normas Internacionais de Relato Financeiro, em vigor em 31 de Dezembro de 2004, tendo-se constatado, que apenas a IAS 16 – Activos Fixos Tangíveis, poderia dar origem a diferenças de políticas contabilísticas.

Segundo os princípios contabilísticos geralmente aceites, as Imobilizações Corpóreas encontram-se valorizadas ao custo de aquisição e de reavaliação de acordo com legislação específica, conforme expresso nas notas nº. 3 e nº. 12 do Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados do ano 2004. No entanto, pela IFRS 1 - Adopção Pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, que possibilita derrogações à IAS 16, não existe necessidade de qualquer ajustamento às Demonstrações Financeiras.



BALANÇO em 31 de Dezembro de 2004

COPAM-COMPANHIA PORTUGUESA DE AMIDOS,S.A. Sociedade Aberta

(Valores Expressos em Euros)

POC	ACTIVO	EXERCÍCIOS			
		N			N-1
		AB	APA	AL	AL
	IMOBILIZADO:				
	Imobilizações incorpóreas:				
431	Despesas Inv.e Desenvolvimento	298,40	298,40	0,00	98,63
433	Propriedade industrial e outros direitos	374,10	374,10	0,00	0,00
		672,50	672,50	0,00	98,63
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terrenos e recursos naturais	2.790.670,08	0,00	2.790.670,08	2.790.670,08
422	Edifícios e outras construções	4.072.657,00	3.675.429,99	397.227,01	458.514,72
423	Equipamento básico	24.247.184,86	22.477.903,50	1.769.281,36	2.256.522,96
424	Equipamento de transporte	731.517,93	687.601,84	43.916,09	62.107,47
425	Ferramentas e utensílios	352.159,20	350.112,40	2.046,80	4.629,85
426	Equipamento administrativo	583.396,98	539.161,35	44.235,63	46.201,55
427	Taras e Vasilhame	5.044,45	5.044,45	0,00	0,00
428	Out. Imobilizações Corpóreas	8.875,51	4.277,59	4.597,92	4.751,19
441/2	Imobilizações em curso	426.306,80	0,00	426.306,80	84.398,58
		33.217.812,81	27.739.531,12	5.478.281,69	5.707.796,40
	Investimentos financeiros:				
4112	Partes de capital em empresas associadas	49,88	0,00	49,88	49,88
4114	Outras empresas	0,00	0,00	0,00	0,00
		49,88	0,00	49,88	49,88
	CIRCULANTE:				
	Existências:				
36	Matérias-primas, subprod. e de consumo	738.528,94	0,00	738.528,94	909.904,02
35	Subprodutos, desp.resid.refugos	96.018,27	0,00	96.018,27	28.733,12
33	Produtos Acabados e Intermédios	677.155,20	0,00	677.155,20	797.083,52
32	Mercadorias	37.302,73	0,00	37.302,73	63.143,17
		1.549.005,14	0,00	1.549.005,14	1.798.863,83
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
211	Clientes, c/c	4.435.157,02	0,00	4.435.157,02	5.014.257,09
212	Clientes - Títulos a Receber	60.000,00	0,00	60.000,00	36.284,55
218+281	Clientes de Cobrança Duvidosa	433.108,33	431.797,50	1.310,83	781,68
229	Adiantamentos a Fornecedores	16,80	0,00	16,80	25.086,47
24	Estado e outros entes públicos	99.417,83	0,00	99.417,83	4.594,22
26+221	Outros devedores	88.524,32	0,00	88.524,32	98.116,25
		5.116.224,30	431.797,50	4.684.428,80	5.179.120,26
	Títulos negociáveis				
15	Outros títulos negociáveis	4.150.000,00	0,00	4.150.000,00	3.725.000,00
		4.150.000,00	0,00	4.150.000,00	3.725.000,00
	Depósitos bancários e caixa:				
12+13+14	Depósitos banc.à Ordem e a Prazo	1.433.147,22	0,00	1.433.147,22	2.223.561,74
11	Caixa	10.512,91	0,00	10.512,91	10.063,68
		1.443.660,13	0,00	1.443.660,13	2.233.625,42
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:				
271	Acrescimos de proveitos	30.869,64	0,00	30.869,64	22.300,73
272	Custos diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00
		30.869,64	0,00	30.869,64	22.300,73
	Total de amortizações		27.740.203,62		
	Total de provisões		431.797,50		
	Total do activo	45.508.294,40	28.172.001,12	17.336.293,28	18.666.855,15

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

(Maria da Glória R.M.Viegas Silva)

POC	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		N	N-1
	CAPITAL PRÓPRIO:		
51	Capital	5.000.000,00	5.000.000,00
56	Reservas de reavaliação	4.918.033,96	4.914.391,23
	Reservas:		
571	Reservas legais	1.000.000,00	1.000.000,00
574 a 579	Outras reservas	55.142,81	162.173,19
59	Resultados transitados	-13.306,50	-9.663,77
	Sub total	10.959.870,27	11.066.900,65
88	Resultado líquido do exercício	3.748.257,47	3.892.969,62
	Total do capital próprio	14.708.127,74	14.959.870,27
	PASSIVO:		
	Dívidas a terceiros - Curto prazo:		
221	Fornecedores, c/c	1.189.536,54	1.711.780,80
25	Restantes acionistas (socios)	23.900,94	21.533,37
219	Adiantamentos de clientes	0,00	654,74
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	20.632,44	55.287,15
24	Estado e outros entes públicos	526.704,82	932.598,84
268+211	Outros credores	203.991,52	356.073,54
		1.964.766,26	3.077.928,44
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:		
273	Acrescimos de custos	555.774,12	497.514,19
274	Provetos diferidos	94.178,64	114.453,00
276	Passivos por Impostos Diferidos	13.446,52	17.089,25
		663.399,28	629.056,44
	Total do passivo	2.628.165,54	3.706.984,88
	Total do capital próprio e do passivo	17.336.293,28	18.666.855,15

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Victor Manuel Carmona e Costa)

(José Amaro Martins Carmona e Costa)

(Francisco Gerardo Knopfl Batoréu)

(João Alberto de Lima Pereira)

(Luis Javier Aisa Comps)



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS, em 31 de Dezembro de 2004

COPAM-COMPANHIA PORTUGUESA DE AMIDOS,S. A. Sociedade Aberta

POC		EXERCÍCIOS			
		N		N-1	
	CUSTOS E PERDAS				
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	2.914.884,29		2.801.286,35	
	Matérias	13.314.294,74	16.229.179,03	12.399.849,44	15.201.135,79
62	Fornecimentos e serviços externos		2.535.258,93		2.386.271,38
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	2.641.435,57		2.538.707,40	
	Encargos sociais:				
645/8	Outros	723.542,54	3.364.978,11	1.002.834,28	3.541.541,68
66	Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	628.946,06		761.367,91	
67	Provisões	1.612,93	630.558,99	113.589,47	874.957,38
63	Impostos	245.121,93		237.401,64	
65	Outros custos e perdas operacionais	283.844,08	528.966,01	218.101,22	455.502,86
	(A) _____		23.288.941,07		22.459.409,09
681/5/6/7/8	Juros e custos similares:				
	Outros	137.203,60	137.203,60	125.702,84	125.702,84
	(C) _____		23.426.144,67		22.585.111,93
69	Custos e perdas extraordinários		531,28		58.622,32
	(E) _____		23.426.675,95		22.643.734,25
86	Imposto sobre o rendimento do exercício		1.488.970,81		2.069.256,30
	(G) _____		24.915.646,76		24.712.990,55
88	Resultado líquido do exercício		3.748.257,47		3.892.969,62
			28.663.904,23		28.605.960,17

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

(Maria da Glória R.M.Viegas Silva)

(Valores Expressos em Euros)

POC		EXERCÍCIOS			
		N		N-1	
	PROVEITOS E GANHOS				
71	Vendas:				
	Mercadorias	3.101.530,28		3.066.217,36	
	Produtos	25.122.623,70		25.338.961,74	
72	Prestações de serviços	42.552,75	28.266.706,73	44.826,32	28.450.005,42
	Variação da produção		-52643,17		-178732,56
75	Trabalhos para a própria empresa		56.488,06		50.574,85
73	Proveitos suplementares	106.087,75		103.246,92	
74	Subsídios à exploração	24.062,61		22.083,80	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	1.027,28	131.177,64	9.303,56	134.634,28
	(B) _____		28.401.729,26		28.456.481,99
781/5/6	Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras:				
	Relativos a empresas do grupo				
	Outros	110.150,50		112.985,94	
	Outros juros e proveitos similares:				
	Relativos a empresas do grupo				
	Outros	18.511,40	128.661,90	15.211,36	128.197,30
	(D) _____		28.530.391,16		28.584.679,29
79	Proveitos e ganhos extraordinários		133.513,07		21.280,88
	(F) _____		28.663.904,23		28.605.960,17

Resumo:				
Resultados operacionais: (B) - (A) =		5.112.788,19		5.997.072,90
Resultados financeiros: (D - B) - (C - A) =		-8.541,70		2.494,46
Resultados correntes: (D) - (C) =		5.104.246,49		5.999.567,36
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =		5.237.228,28		5.962.225,92
Resultado líquido do exercício: (F) - (G) =		3.748.257,47		3.892.969,62

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Victor Manuel Carmona e Costa)

(José Amaro Martins Carmona e Costa)

(Francisco Gerardo Knopfli Batoréu)

(João Alberto de Lima Pereira)

(Luis Javier Aisa Comps)



Companhia Portuguesa de Amidos, SA sociedade aberta

ANEXO AO BALANÇO E Á DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO ANO 2004Nos.
Ordem - POC**1 (3) CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS RELATIVAMENTE AS RUBRICAS DO BALANÇO, BEM COMO MÉTODOS DE CALCULO RESPEITANTES AOS AJUSTAMENTOS DE VALOR, DESIGNADAMENTE, AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES:****- Especialização dos exercícios.***É seguido o princípio contabilístico da especialização de exercícios relativamente à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras.***- Matérias Primas e Subsidiárias.***As existências foram avaliadas pelos custos de aquisição e demais despesas acessórias de compra.***- Produtos Fabricados e em Vias de Fabrico.***São valorizados a custos standard e corrigidos com os desvios apurados face ao real, mais significativos.***- Imobilizações.***Custos de aquisição e de reavaliação de acordo com a legislação específica.**Os custos com manutenção e reparação que se espera aumentar a vida útil dos imobilizados, são capitalizados.**Outros custos com manutenção e reparação são contabilizados logo que incorridos.***MÉTODOS DE CALCULO:****- Amortizações.***São calculadas pelo método das quotas constantes anuais, utilizando as taxas máximas fiscalmente aceites.***2 (4) COTAÇÕES UTILIZADAS PARA CONVERSÃO DA MOEDA ESTRANGEIRA:***Os activos e responsabilidades expressos em moeda estrangeira são convertidos às taxas em vigor no final do exercício, sendo as respectivas diferenças de câmbio, reflectidas como proveitos ou custos financeiros.***3 (6) IMPOSTOS DIFERIDOS:***Foi reconhecido o efeito fiscal das diferenças temporárias entre o resultado contabilístico e fiscal para efeito de tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), relativas à reavaliação do Imobilizado, tendo sido revertido o imposto diferido, no montante de 3 642,73 euros.*

Decomposição dos Impostos relativos a Resultados Líquidos do Exercício, Reservas Livres e Resultados Transitados:

Rubricas	Valores
Resultados, reservas livres e res.transitados líquidos de impostos (contabilísticos).	3.790.093,78
Imposto do exercício	1.488.970,81
Impostos Diferidos	3.642,73
Imposto corrente	1.492.613,54

4 (7) NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS AO SERVIÇO DA EMPRESA: 123**5 (10) MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RÚBRICAS DO ACTIVO IMOBILIZADO.****ACTIVO BRUTO**

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	ALIENAÇÕES/ ABATES	TRANSF. PARA CUSTOS	TRANSFERÊNCIA	SALDO FINAL
IMOBILIZAÇ. INCORPÓREAS:						
Despesas de Instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Inv.e Desenvolvemento	25.877,78	0,00	25.579,38	0,00	0,00	298,40
Propriedade Industrial	374,10	0,00	0,00	0,00	0,00	374,10
	26.251,88	0,00	25.579,38	0,00	0,00	672,50
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:						
Terrenos e Rec. Naturais	2.790.670,08	0,00	0,00	0,00	0,00	2.790.670,08
Edif. e Out.Construções	4.055.660,61	0,00	0,00	0,00	16.996,39	4.072.657,00
Equipamento Básico	24.423.750,37	0,00	295.874,63	0,00	119.309,12	24.247.184,86
Equipamento de Transporte	735.457,06	13.000,00	16.939,13	0,00	0,00	731.517,93
Ferramentas e Utensílios	352.159,20	0,00	0,00	0,00	0,00	352.159,20
Equip. Administrativo	564.547,66	198,00	0,00	0,00	18.651,32	583.396,98
Taras e Vasilhame	5.044,45	0,00	0,00	0,00	0,00	5.044,45
Outras Imob.Corpóreas	8.875,51	0,00	0,00	0,00	0,00	8.875,51
Imobilizações em Curso	84.398,58	648.387,45	0,00	(151.522,40)	(154.956,83)	426.306,80
Adiant.conta Imob.Corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	33.020.563,52	661.585,45	312.813,76	-151.522,40	0,00	33.217.812,81
INVESTIMENTOS FINANCEIROS						
Partes cap.emp.associadas	49,88	0,00	0,00	0,00	0,00	49,88
Partes cap.em outras empresas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	49,88	0,00	0,00	0,00	0,00	49,88



Companhia Portuguesa de Amidos, SA sociedade aberta

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO ANO 2004

Nos.
Ordem - POC

5 (10) MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RÚBRICAS DO ACTIVO IMOBILIZADO: CONT.

AMORTIZAÇÕES

€

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	ALIENAÇÃO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:					
Despesas de Instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Inv.e Desenvolvimento	25.779,15	99,48	0,00	25.580,23	298,40
Propriedade Industrial	374,10	0,00	0,00	0,00	374,10
	26.153,25	99,48	0,00	25.580,23	672,50
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:					
Terrenos e Rec. Naturais					
Edif. e Out.Construções	3.597.145,89	78.284,10	0,00	0,00	3.675.429,99
Equipamento Básico	22.167.227,41	495.819,55	185.143,46	0,00	22.477.903,50
Equipamento de Transporte	673.349,59	31.191,38	16.939,13	0,00	687.601,84
Ferramentas e Utensílios	347.529,35	2.583,05	0,00	0,00	350.112,40
Equip. Administrativo	518.346,11	20.815,24	0,00	0,00	539.161,35
Taras e Vasilhame	5.044,45	0,00	0,00	0,00	5.044,45
Outras Imob.Corpóreas	4.124,32	153,27	0,00	0,00	4.277,59
	27.312.767,12	628.846,59	202.082,59	0,00	27.739.531,12

6 (12) DIPLOMAS LEGAIS EM QUE SE BASEOU A REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZADO CORPÓREO

Decretos-Lei 118/86, 111/88, 49/91, 264/92 e 31/98.

7 (13) DISCRIMINAÇÃO DAS REAVALIAÇÕES

€

RUBRICAS	Custo Histórico	Reavaliações	Valor Cont.Reaval.
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:			
Terrenos e Rec. Naturais	764.384,99	2.026.285,09	2.790.670,08
Edifícios e O.Construções	254.867,22	142.359,79	397.227,01
Equipamento Básico	1.761.421,68	7.859,68	1.769.281,36
Equipamento de Transporte	43.916,09	0,00	43.916,09
Ferramentas e Utensílios	2.046,80	0,00	2.046,80
Equip. Administrativo	44.235,63	0,00	44.235,63
Outras Imob. Corpóreas	4.597,92	0,00	4.597,92
Imobil.em Curso	426.306,80	0,00	426.306,80
	3.301.777,13	2.176.504,56	5.478.281,69

8 (14) COM RELAÇÃO ÀS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

Corpóreas em poder de terceiros 577.851,27€

9 (16) FIRMA E SEDE DAS EMPRESAS ASSOCIADAS

SOVICAR- Soc. Investimentos Agro-Turisticos,S.A.

Sede: Rua Ferreira da Silva, 10 - 2o. Dto
1900 - 229 - Lisboa

Fracção de Capital que detém: 25%

CADE- Companhia Agrícola Desenvolvimento S.A.

Sede: Rua Soeiro Pereira Gomes, lote 1,6º A-B
1600 - 196 - Lisboa

Fracção de Capital que detém: 25%

10 (23) VALOR GLOBAL DAS DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

Clientes de cobrança duvidosa 433.108,33€

11 (32) GARANTIAS :

A favor de terceiros 33.820,29€
A favor da empresa 27.010,53€

12 (34) MOVIMENTOS NAS CONTAS DE PROVISÕES

CONTAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REDUÇÃO	SALDO FINAL
28- Provisão Cob.Duvidosas	431.340,95	2.092,52	1.635,97	431.797,50



Companhia Portuguesa de Amidos, SA sociedade aberta

ANEXO AO BALANÇO E Á DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO ANO 2004

Nos.
Ordem - POC

13 (36) NÚMERO DE ACÇÕES DE CADA CATEGORIA EM QUE SE DIVIDE O CAPITAL DA EMPRESA E O SEU VALOR NOMINAL

1.000.000 acções ao portador a 5 euros valor nominal

14 (37) PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SUBSCRITO DE CADA UMA DAS PESSOAS COLECTIVAS QUE NELE DETENHAM PELO MENOS 20%:

Sovicar - Soc. de Investimentos Agro-Turísticos, S.A. → 25,00%
Cade - Companhia Agrícola de Desenvolvimento, S.A. → 25,00%

15 (40) MOVIMENTOS NAS RÚBRICAS DE CAPITAIS PRÓPRIOS

CONTAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REDUÇÃO	SALDO FINAL
51. - Capital	5.000.000,00	0,00	0,00	5.000.000,00
56. - Reservas Reavaliação	4.914.391,23	3.642,73	0,00	4.918.033,96
57.1- Reservas Legais	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00
57.4- Reservas Livres	162.173,19	0,00	107.030,38	55.142,81
59.1- Resultados transitados	(9.663,77)	0,00	3.642,73	(13.306,50)
88. - Resultado Líquido	3.892.969,62	3.748.257,47	(3.892.969,62)	3.748.257,47

16 (41) DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

MOVIMENTOS	MERCADORIAS	MAT. PRI / SUBS.
Existências Iniciais	63.143,17	909.904,02
Compras	2.889.043,85	13.142.919,66
Existências Finais	37.302,73	738.528,94
CUSTOS NO EXERCÍCIO	2.914.884,29	13.314.294,74

17 (42) DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

MOVIMENTOS	Prod. Acabados e Intermedios	Prod/Trabalhos em Curso
Existências Finais	773.173,47	0,00
Existências Iniciais	825.816,64	0,00
AUMENTO/REDUÇÃO NO EXERCÍCIO	-52.643,17	0,00

18 (43) INDICAÇÃO GLOBAL PARA CADA UM DOS ÓRGÃOS DAS REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS QUE ESTEJAM RELACIONADOS COM O EXERCÍCIO DAS RESPECTIVAS FUNÇÕES

-Conselho Administração 189.880,36 €
-Conselho Fiscal 14.645,76 €
-Assembleia Geral 5.107,00 €

19 (44) RELATO POR SEGMENTOS

A informação expressa nas várias demonstrações financeiras, anexas, respeitam unicamente ao segmento principal (fabricação de Amidos) não existindo segmentos secundários.

Relato por Mercados		
	N	N-1
Indústria Alimentar (Food)	16.989.670	17.264.817
Indústria Não Alimentar (Non Food)	7.696.367	7.285.889
Industria Alimentação Animal (Animal Feed)	3.580.670	3.928.136
Vendas e prestações de serviços	28.266.707	28.478.842

Repartição do valor líquido das vendas e das prestações de serviços

	MERCADOS		
	Interno	Intracomun.	Outros
Vendas	26.573.940,96	1.420.838,61	229.374,41
Prestações Serviços	0,00	42.552,75	0,00

20 (45) DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	2004	2003		2004	2003
681 - Descontos de títulos	6.690,00	0,00	781 - Juros Obtidos	119.487,96	120.696,57
685 - Dif. Câmb. Desfavoráveis	1.710,91	3.745,35	785 - Dif.Câmb.Favoráveis		119,59
686 - Desc.P.Pag.Concedidos.	128.678,92	117.823,10	786 - Desc.P.P. obtidos	9.173,94	7.381,14
688 - Outros C.Perd.Financeira	123,77	4.134,39	788 - O.Prov./Ganh.Financeiros		0,00
RESULTADOS FINANCEIROS	(8.541,70)	2.494,46			
	128.661,90	128.197,30		128.661,90	128.197,30



Companhia Portuguesa de Amidos, SA sociedade aberta

ANEXO AO BALANÇO E Á DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO ANO 2004

Nos.
Ordem - POC

21 (46) DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	2004	2003		2004	2003
691 - Donativos	140,00	250,00	792 - Recuperação de Dívidas	45,85	3,18
692 - Dívidas Incobráveis	385,23	4.114,28	793 - Ganhos em Existências	0,00	0,00
693 - Quebras em Existências	0,00	0,00	794 - Ganhos em Imobilizações	112.338,11	0,00
694 - Perdas em Imobilizações	0,00	0,00	795 - Benef.e Pen.Contratuais	0,00	0,00
695 - Multas e Penalidades	0,00	67,47	796 - Red.Amortiz./Provisões	0,00	0,00
697 - Correcc.Rel.a Exerc.Ante	0,00	44.401,04	798 - O.Prov./Ganhos Extraordinár	21.129,11	21.277,70
698 - O.Cust./Perd.Extraord.	6,05	9.789,53			
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	132.981,79	(37.341,44)			
	133.513,07	21.280,88		133.513,07	21.280,88

22 (48) DIVERSOS

- VALOR DAS PARTICIPAÇÕES ESTRANGEIRAS NO CAPITAL SOCIAL DA COPAM :

CERESTAR HOLDING B V	732.325,00€ 14,64%
MYLUM N.V.	732.325,00€ 14,64%

- AS DESPESAS COM O PESSOAL FORAM AS SEGUINTEs:

Ordenados e salários	1.690.390,10€
Remunerações adicionais	741.412,35€
Encargos com remunerações	586.644,06€
Outras Despesas com o Pessoal	90.620,68€
	<u>3.109.067,19€</u>
Refeitório e Transp. do pessoal	126.800,91€
	<u><u>3.235.868,10€</u></u>

- IMPOSTOS DIFERIDOS

Dos impostos diferidos passivos relativos à reavaliação, foi contabilizada a reversão, no valor de 3 642,73 Euros.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

(Maria da Glória R.M.Viegas Silva)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Vitor Manuel Carmona e Costa)

(José Amaro Martins Carmona e Costa)

(Francisco Gerardo Knopfli Batoréu)

(João Alberto de Lima Pereira)

(Luis Javier Aisa Comps)

	Valores em Euros	
	2004	2003
Vendas e prestações de serviços	28.290.769,34	28.470.286,52
Custo das vendas e das prestações de serviços	20.203.975,63	18.947.783,18
Resultados brutos	8.086.793,71	9.522.503,34
Outros proveitos e ganhos operacionais	158.329,18	147.116,12
Custos de distribuição	1.261.168,66	1.389.248,70
Custos administrativos	1.046.847,88	1.057.926,60
Outros custos e perdas operacionais	699.878,07	1.260.218,24
Resultados operacionais	5.237.228,28	5.962.225,92
Custo líquido de financiamento	0,00	0,00
Ganhos (perdas) em filiais e associadas	0,00	0,00
Ganhos (perdas) em outros investimentos	0,00	0,00
Resultados correntes	5.237.228,28	5.962.225,92
Impostos sobre os resultados correntes	1.488.970,81	2.069.256,30
Resultados correntes após impostos	3.748.257,47	3.892.969,62
Resultados extraordinários	0,00	0,00
Impostos sobre os resultados extraordinários	0,00	0,00
Resultados líquidos	3.748.257,47	3.892.969,62
Resultados por acção	3,75	3,89



ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Ano de 2004

Movimentos	Valores em Euros			
	Produtos Acabados e Intermédios	Subprodutos	Mercadorias	Prestações de Serviços
Existências Iniciais	797.083,52	28.733,12	63.143,17	0,00
Entradas provenientes da produção	40.532.839,91	4.337.134,32	2.885.797,87	0,00
Regularização das existências	0,00	0,00	0,00	0,00
Saídas para a produção e imobilizado	27.237.391,08	392.889,00	0,00	0,00
Existências finais	677.155,20	96.018,27	37.302,73	0,00
Custo das vendas e prestações de serviços	13.415.377,15	3.876.960,17	2.911.638,31	0,00



Companhia Portuguesa de Amidos, SA sociedade aberta

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Exercício de 2004

MÉTODO DIRECTO

Em Euros

	ANO N	ANO N-1
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de Clientes	32.492.621,40	31.263.860,30
Pagamentos a Fornecedores	-19.830.094,40	-18.298.362,20
Pagamentos ao pessoal	-3.246.095,80	-3.454.623,10
Fluxo gerado pelas operações	9.416.431,20	9.510.875,00
Recebimentos/pagamentos IVA	-2.704.918,80	-2.901.955,50
Pagamento Imposto s/Rendimento	-2.023.130,34	-1.966.618,91
Outros recebimentos/pagamentos relativos às actividades operacionais	-476.025,35	-408.340,37
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	4.212.356,71	4.233.960,22
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	0,00	0,00
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	0,00	-44.468,51
Fluxos das actividades operacionais (1)	4.212.356,71	4.189.491,71
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes de: Imobilizações corpóreas	116.811,30	124.863,60
Pagamentos respeitantes a: Imobilizações corpóreas	-690.329,10	-462.036,30
Imobilizações incorpóreas	0,00	0,00
Fluxos das actividades de investimento (2)	-573.517,80	-337.172,70
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamentos respeitantes a: Dividendos	-4.003.804,20	-4.197.563,64
Fluxos das actividades de financiamento (3)	-4.003.804,20	-4.197.563,64
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (4)=(1)+(2)+(3)	-364.965,29	-345.244,63
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES INICIAIS	5.958.625,42	6.303.870,05
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES FINAIS	5.593.660,13	5.958.625,42



Companhia Portuguesa de Amidos, SA sociedade aberta

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício de 2004

Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes, reconciliando os montantes evidenciados na demonstração dos fluxos de caixa com as rubricas do balanço:

Em euros

	ano n	ano n - 1
Numerário	10.512,91	10.063,68
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	333.147,22	473.561,74
Equivalentes a caixa	5.250.000,00	5.475.000,00
Caixa e seus equivalentes	5.593.660,13	5.958.625,42
Outras disponibilidades	0,00	0,00
Disponibilidades Constantes do Balanço	5.593.660,13	5.958.625,42

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

(Maria da Glória R.M.Viegas Silva)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Víctor Manuel Carmona e Costa)

(José Amaro Martins Carmona e Costa)

(Francisco Gerardo knopfli Batoréu)

(João Alberto de Lima Pereira)

(Luis Javier Aisa Comps)



"Propostas"

Assembleia Geral

22 de Fevereiro de 2005



**PROPOSTA A APRESENTAR À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA
COPAM – COMPANHIA PORTUGUESA DE AMIDOS, SA, SOCIEDADE ABERTA
A REALIZAR EM 22.Fevereiro.2005**

Ponto 6 da Convocatória

"Propõe-se que o Conselho de Administração fique autorizado durante o seu mandato, a adquirir e vender acções próprias representativas do capital social da sociedade, até ao limite de 10%.

As aquisições deverão ser efectuadas a um valor mínimo de 10% abaixo da cotação média e máximo de 79,81 Euros cada.

As vendas deverão ser efectuadas a um valor mínimo de 37,41 Euros e máximo de 79,81 Euros cada.

Esta autorização é válida durante o presente mandato e caduca com o termo das funções do Conselho de Administração."

S. João da Talha, 10 de Janeiro de 2005

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE:

(Victor Manuel Carmona e Costa)

VOGAIS:

(José Amaro Martins Carmona e Costa)

(Francisco Gerardo Knopfli Batoréu)

(João Alberto de Lima Pereira)

(Javier Aisa Comps)



**PROPOSTA A APRESENTAR À ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA
COPAM – COMPANHIA PORTUGUESA DE AMIDOS, SA, SOCIEDADE ABERTA
A REALIZAR EM 22.Fevereiro.2005**

Ponto 7 da Convocatória

"Propõe-se que o Conselho de Administração fique autorizado durante o seu mandato, a adquirir e/ou alienar bens imobiliários de interesse para a Empresa.

Esta autorização é válida durante o presente mandato e caduca com o termo das funções do Conselho de Administração."

S. João da Talha, 10 de Janeiro de 2005

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE:

(Victor Manuel Carmona e Costa)

VOGAIS:

(José Amaro Martins Carmona e Costa)

(Francisco Gerardo Knopfli Batoréu)

(João Alberto de Lima Pereira)

(Javier Aisa Comps)

COPAM - COMPANHIA PORTUGUESA DE AMIDOS, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas,

1. No desempenho das funções que nos estão legalmente confiadas e de harmonia com o mandato que nos foi atribuído, acompanhámos a actividade da **COPAM – Companhia Portuguesa de Amidos, S.A.** durante o exercício de 2004 e procedemos a diversas verificações, com a regularidade, profundidade e extensão que considerámos necessárias nas circunstâncias, nomeadamente, no que respeita à escrituração dos livros, registos contabilísticos, documentação de suporte e cumprimento do normativo legal e estatutário, tendo obtido sempre, quer do Conselho de Administração quer dos serviços, os esclarecimentos solicitados.
2. Examinámos os documentos de prestação de contas e o Relatório de Gestão do Conselho de Administração que se encontra elaborado em obediência aos requisitos legais e em conformidade com os referidos documentos de prestação de contas, espelhando a situação da Empresa e aludindo às operações de maior significado.
3. As Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão foram examinados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que, em consequência, emitiu o Relatório Anual e a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, documentos com os quais concordamos.

4. Face ao exposto, relevando as conclusões da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, e não tendo tomado conhecimento de violação da Lei e dos Estatutos, somos do parecer que a Assembleia Geral Anual aprove:

- a) O Relatório de Gestão do Conselho de Administração, bem como as contas por este apresentadas, relativos ao exercício de 2004;
- b) A proposta do Conselho de Administração quanto à aplicação dos resultados;
- c) Um voto de louvor ao Conselho de Administração pelo seu meritório desempenho.

Lisboa, 21 de Janeiro de 2005

O Conselho Fiscal

Presidente - Dr. Luís Fernando Cardoso Nandin de Carvalho

Vogal - Engº Manuel Baptista Neves

Vogal - ANTÓNIO GRENHA, BRYANT JORGE & MOURA TAVARES
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (Nº 5)
Representada por
Dr. António Maria Gomes da Rocha Grenha (ROC Nº 22)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, da **COPAM – Companhia Portuguesa de Amidos, S.A.**, as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2004 (que evidencia um total de 17.336.293,28 euros e um total de capital próprio de 14.708.127,74 euros, incluindo um resultado líquido de 3.748.257,47 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e nos correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **COPAM – Companhia Portuguesa de Amidos, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2004, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 21 de Janeiro de 2005

ANTÓNIO GRENHA, BRYANT JORGE & MOURA TAVARES
 Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
 Inscrita sob o nº 217 no Registo de Auditores da CMVM
 Representada por
 António Maria Gomes da Rocha Grenha (ROC n.º 22)

EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA NÚMERO NOVENTA

Ao vigésimo segundo dia do mês de Fevereiro do ano dois mil e cinco, reuniu a Assembleia Geral da COPAM - COMPANHIA PORTUGUESA DE AMIDOS SA, Sociedade Aberta, na sua sede social em S. João da Talha. Presidiu à Mesa da Assembleia Geral o Dr. Carlos Fernando de Carvalho Barbosa da Cruz, secretariado por Maria de Fátima Pinto Ribeiro Lamy. Aberta a sessão, o Presidente da Mesa, após verificar a legalidade do processo convocatório mediante a publicação tempestiva do anúncio no “Diário da República”, de dezassete de Janeiro do ano dois mil e cinco, e encontrando-se também disponível no “site” da Sociedade na Internet, constatou que, de acordo com a lista de presenças, estavam presentes ou representados mais de cinquenta por cento do capital social, e considerou a Assembleia Geral validamente constituída e em condições de deliberar eficazmente, pelo que entrou no Ponto **Primeiro da Ordem de Trabalhos: “Discutir e deliberar sobre o Relatório da Gestão, Balanço e Contas da Administração, respeitantes ao exercício de dois mil e quatro”**. Dada a palavra aos accionistas deu entrada na Mesa uma proposta da accionista SOVICAR – Investimentos Agro-Turísticos, SA, representada por Luís Fernando Nandin de Carvalho com o seguinte teor: “Propõe-se a aprovação do Relatório da Gestão, Balanço e Contas da Sociedade respeitantes ao exercício de dois mil e quatro”. Tendo tomado a palavra o representante da accionista RAR – SOCIEDADE DE CONTROLE (HOLDING), SA, João Alberto de Lima Pereira, solicitou que fossem separadas as discussões e as deliberações sobre o Relatório da Gestão e sobre o Balanço e as Contas da Sociedade. , uma vez que iria ser apresentar uma declaração de voto, com o seguinte teor: “O sentido de voto manifesto pela RAR tem como fundamento o Ponto 2.12 do Relatório de Gestão, que não cumpre a exigência de fidelidade e clareza que a lei comina à exposição do órgão de gestão. No mencionado Ponto 2.12 refere-se a existência de um suposto processo de informação e consulta aos accionistas sobre o Projecto Bioetanol. Dado que em nenhum momento foi o accionista RAR informado ou consultado sobre tal intenção de investimento, cumpre-nos assinalar esse facto e lembrar que uma deliberação dessa natureza, traduzindo uma expansão do objecto social, extravasa claramente as competências de gestão do Conselho de Administração, reclamando, nos termos do artigo 2º do Contrato da Sociedade, uma deliberação de aprovação da Assembleia Geral.” Sobre a declaração acima citada e depois de devidamente lida pelo Presidente da Mesa aos Senhores Accionistas, usou da palavra o Presidente do Conselho de Administração ainda em funções que, esclareceu que tinha sido iniciada a análise sobre o Projecto de produção do Bioetanol há cerca de 3 anos, tendo ficado devidamente registado em reuniões do Conselho de Administração da Sociedade, conforme se pode confirmar pelas respectivas actas, onde esteve presente o representante indicado pela accionista RAR – SOCIEDADE DE CONTROLE (HOLDING), SA. Após os devidos esclarecimentos foi colocada à votação a proposta no que diz somente respeito ao Relatório da Gestão relativo ao exercício de dois mil e quatro, o qual foi aprovado por unanimidade , registando-se a abstenção (1.014) da accionista RAR – SOCIEDADE DE CONTROLE (HOLDING), SA representada por João Alberto de Lima Pereira. De seguida foi colocada à votação a mesma proposta, mas relativamente ao Balanço e Contas da Sociedade respeitantes ao exercício de dois mil e quatro, os quais foram aprovados por unanimidade, sem abstenções. Passou-se depois à discussão do **Ponto Segundo da Ordem de Trabalhos “Discutir e deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados”**. Dada a palavra aos accionistas, a Mesa pôs à votação a proposta do accionista SOVICAR – Investimentos Agro-Turísticos, SA, representada por Luís Fernando Nandin de Carvalho com o seguinte teor: “Propõe-se a aprovação da aplicação de resultados constantes no Relatório da Gestão, Balanço e Contas da Sociedade respeitantes ao exercício de dois mil e quatro”, a qual foi aprovada por unanimidade, sem abstenções.(...) Dado nada mais haver a tratar, foi a reunião dada por encerrada, tendo-se lavrado a presente acta que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Geral.

PRESIDENTE

Carlos Fernando de Carvalho Barbosa da Cruz

SECRETÁRIA

Maria de Fátima Pinto Ribeiro Lamy



COPAM - COMPANHIA PORTUGUESA DE AMIDOS, SA, SOCIEDADE ABERTA

Sede: S. João da Talha

Capital Social: EUR 5.000.000

Pessoa Colectiva nº 500 076 138

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Loures sob o nº 42

www.copam.pt

**DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 22 DE FEVEREIRO DE 2005**

Foram as seguintes as deliberações da Assembleia Geral Ordinária:

1. Aprovado por maioria, o Relatório da Gestão do exercício de 2004.
2. Aprovado por unanimidade, o Balanço e Contas do exercício de 2004.
3. Aprovada por unanimidade, a seguinte proposta de aplicação de resultados:

Reservas Livres -	EUR	48.257,47 €
Dividendos -	EUR	3.700.000,00 €

	EUR	3.748.257,47 €

4. Aprovado por unanimidade, um voto de louvor ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal.
5. Aprovada por unanimidade, a eleição dos seguintes Órgãos Sociais para o exercício de 2005:

Mesa da Assembleia Geral

Carlos Fernando de Carvalho Barbosa da Cruz
João António Perdigão Castanho
Maria de Fátima Pinto Ribeiro Lamy

Presidente
1º Secretário
2ª Secretária

Conselho de Administração

Victor Manuel Carmona e Costa
José Amaro Martins Carmona e Costa
Francisco Gerardo Knopfli Batoréu
João Alberto de Lima Martins Pereira
Ernesto Porcar Gatell

Presidente
Vogal
Vogal
Vogal
Vogal



. Conselho Fiscal

Luís Fernando Cardoso Nandin de Carvalho	Presidente
Manuel Batista Neves	Vogal
António Grenha, Bryant Jorge & Moura Tavares, SROC representada por António Maria da Rocha Grenha Gomes Marques e Carlos Alexandre, SROC representada por Vicente Pereira Gomes Marques	Vogal
Eduardo Barradas da Câmara e Sousa	Suplente
	Suplente

. Comissão de Vencimentos

Victor Manuel Carmona e Costa
Álvaro Carmona e Costa Portela
Francisco Maria Félix da Costa Seabra

6. Aprovada por unanimidade, a proposta relativa à prestação de caução de dois mil quatrocentos e noventa e cinco Euros por cada um dos Administradores, substituível por seguro caução.

7. Aprovada por unanimidade, a proposta para autorizar o Conselho de Administração a proceder à aquisição e alienação de acções próprias representativas do capital social até ao limite de dez por cento.

8. Aprovada a proposta por unanimidade, para autorizar o Conselho de Administração a proceder à aquisição e alienação de bens imobiliários de interesse para a Empresa.

S. João da Talha, 22 de Fevereiro de 2005

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
(Victor Manuel Carmona e Costa)